

A LUTA DO MOVIMENTO NEGRO PELA EDUCAÇÃO

THE FIGHT OF THE BLACK MOVEMENT FOR EDUCATION

LA LUCHA DEL MOVIMIENTO NEGRO POR LA EDUCACIÓN

Luiz Carlos Noleto Chaves

Bacharel em Ciências Econômicas (UFMA); Licenciando em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (UFMA) -
noletochaves@yahoo.com.br

Recebido em: 20/09/2021

Aceito para publicação: 18/10/2021

RESUMO

A finalidade deste artigo é fazer alguns apontamentos acerca da luta do Movimento Negro pela Educação no Brasil e demonstrar que a crítica contra as cotas para negros nas universidades sustentada pela classe dominante brasileira é injusta, pois as cotas educacionais sempre foram usadas por esta classe desde o Império. Nesse sentido, vamos mostrar quem de fato se beneficia da política de cotas em nosso país. Para tanto, traçaremos um breve histórico da educação no Brasil e do Movimento Negro em suas diversas fases durante a República (1889-2000), mostrando seus principais atores e suas propostas; finalizando com a apresentação de duas importantes conquistas recentes do MN no campo da educação e como isso vem contribuindo para reduzir os índices de desigualdade social na sociedade brasileira.

Palavras-chave: População Negra, Movimento Negro, Educação.

ABSTRACT

The purpose of this article is to make some notes about the struggle of the Black Movement for Education in Brazil and demonstrate that the criticism against quotas for blacks in universities held by the Brazilian ruling class is unfair, as educational quotas have always been used by this class since Empire. In this sense, we are going to show who really benefits from the quota policy in our country. Therefore, we will trace a brief history of education in Brazil and of the Black Movement in its various phases during the Republic (1889-2000), showing its main actors and their proposals; ending with the presentation of two important recent achievements of the MN in the field of education and how this has been contributing to reduce social inequality indices

Keywords: Black Population, Black Movement, Education.

ABSTRACTO

La finalidad de este artículo es hacer algunos apuntes acerca de la lucha del Movimiento Negro por la Educación en Brasil y demostrar que la crítica contra las cuotas para negros en las universidades sostenida por la clase dominante brasileña es injusta, porque las cuotas educativas siempre han sido utilizadas por esta clase desde el Imperio. En ese sentido, vamos a mostrar quién de hecho se beneficia de la política de cuotas en nuestro país. Para tanto, trazaremos un breve histórico de la educación en Brasil y del Movimiento Negro en sus diversas fases durante la República (1889-2000), mostrando sus principales actores y sus propuestas; finalizando con la presentación de dos importantes logros recientes del MN en el campo de la educación y cómo eso viene contribuyendo para reducir los índices de desigualdad social en la sociedad brasileña.

Palabras clave: Población Negra, Movimiento Negro, Educación.

Introdução

A história das lutas contra as desigualdades sociais no Brasil não pode deixar de lado a

luta contra a desigualdade educacional. Da mesma forma, ao contá-la, não podemos excluir um dos atores sociais importantes no seu enfrentamento, o Movimento Negro (MN). É sobre a luta do MN pela educação que trataremos neste artigo.

Partindo do debate sobre as cotas raciais no Brasil, que divide opinião entre os de cima e os de baixo sobre privilégios, vamos realizar uma análise do processo histórico educacional brasileiro, revelando quem de fato tem privilégios em nosso país e, à luz dos dados oficiais da principal instituição que espelha a radiografia das desigualdades na sociedade brasileira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comprovar como isso ocorre na realidade. Na primeira parte deste trabalho, apresentaremos um pequeno histórico da educação brasileira. Em seguida, explanaremos sobre a luta do MN dentro de uma luta maior que é a busca por Ações Afirmativas. Ao mesmo tempo vamos apresentar o conceito de MN na visão de Nilma Gomes e como a referida autora compreende a importância deste movimento na luta pela educação.

Mais à frente, em sequência do artigo em tela, vamos nos valer de Petrônio Domingues para apresentar as fases do MN contemplando suas várias mudanças programáticas ao longo da história. Antes de chegar às considerações finais, vamos apresentar as duas mais importantes conquistas recentes do MN no campo da Educação: as Leis nº 10639/2003 e nº 11.645/2008, ambas já incorporadas à Lei das Diretrizes e Bases nº 9.394 (LDB), que trata, dentre outros assuntos, da organização e funcionamento dos currículos nacionais.

EDUCAÇÃO DESIGUAL NO BRASIL

Do outro lado, existem os Movimentos Sociais organizados que defendem o fim de todas as desigualdades, afirmando que, historicamente, os que criticam as cotas nas universidades sempre se valeram de diversos tipos de cotas.

Dentre a diversidade de movimentos sociais que lutam pelas cotas temos, em particular, o Movimento Negro (MN). Para efeito de entendimento sobre a denominação do que seja MN, vamos nos valer do conceito cunhado por Nilma Lino Gomes (2012), onde afirma que “o movimento negro pode ser entendido como aquele constituído de lutadores sociais que lutam

pela causa dos problemas dos negros, na busca da solução de seus problemas na sociedade em geral. No entanto, ela esclarece que o MN também busca, no campo particular, solucionar os problemas “provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais onde quer que eles

existam, seja nas atividades produtivas (mercado de trabalho), no sistema educacional, no político, além do social e cultural”. Nesta perspectiva, para o MN, a raça e a “identidade étnicoracial, são utilizadas não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas.” Ou seja, para o MN a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.” (NILMA, 2012, p. 733). Como se verifica pelo conceito acima descrito, o MN atua em várias frentes em prol da solução dos problemas que atingem os negros no Brasil. Entre esses, situa-se a questão educacional, que focaremos mais à frente.

Combater as desigualdades sociais e econômicas em qualquer nação é de suma importância, pois sem elas os membros da comunidade podem usufruir de forma mais ampla das riquezas produzidas pela sociedade. No Brasil, isso se torna quase imperativo. Até os órgãos oficiais do governo brasileiro reconhecem isso, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em sua publicação de nº 41, do ano de 2019, ele nos informa que “o combate às desigualdades sociais no Brasil tem sido objeto de estudiosos e formuladores de políticas públicas envolvidos no diagnóstico e na execução de medidas para sua redução.” (IBGE, 2019, p. 1).

Estas desigualdades se manifestam de variadas formas, mas a cor da pele ou raça “ocupa espaço central nesse debate, pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu importantes clivagens ao longo da história do País.” Em consequência disso, “há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena” e isso “vem sendo divulgado nos últimos anos.” (IBGE, 2019, p. 1).

Pela citação acima, vimos que as desigualdades sociais e econômicas atingem todos os pobres, mas em particular os pobres de cor preta são os mais atingidos. Gevanilda Santos 2009) nos diz bem como essas desigualdades atingem o negro na educação:

A magistral pesquisa de Paixão (2004, p.245-64) sobre as Desigualdades Raciais as taxas de analfabetismo com base nos dados do último Censo Demográfico realizado no Brasil, em 2000, revela hoje que entre a população brasileira maior de 15 anos havia 15,3 milhões de analfabetos e 32,8 milhões de analfabetos funcionais (pessoas com menos de quatro anos de estudo) dos 15,3 milhões de analfabetos brasileiro 9,7 milhões eram negros. Entre os 30 e 2,7 milhões de analfabetos funcionais os negros totalizavam 18,1 milhões de pessoas. Assim, segundo os indicadores do Censo Demográfico de 2000 a taxa de analfabetismo dos negros maiores de 15 anos, em todo o Brasil, era de 18,7% e a taxa do analfabetismo funcional da população negra maior de 15 anos era de 36,1%. Estes percentuais eram substancialmente maiores do que o verificado entre a população branca, cujo percentuais de analfabetismo e de analfabetismo funcional era de respectivamente 8,3 e 20,8. Ou seja, em relação ao indicador de alfabetismo funcional, a taxa verificada entre os negros era 73% maior que a observada entre os brancos: no caso da taxa de analfabetismo, este valor relativo era 125% maior. (GEVANILDA, 2009, p.19).

Como se verifica, segundo Gevanilda (2009), ainda no nascer do século vinte e um (XXI), a desigualdade entre negro e brancos é abissal e reina até hoje. De agora em diante vamos buscar compreender como e por que isso ocorre na educação brasileira.

Origem da Educação no Brasil

As origens da educação no Brasil vêm do período colonial. Naquele momento, a Educação tinha caráter cotista. Paulo Rennes Marçal Ribeiro (1993) nos diz que a educação brasileira do período colonial era baseada “na grande propriedade e na mão-de-obra escrava, contribuiu para o florescimento de uma sociedade altamente patriarcal caracterizada pela autoridade sem limite dos donos de terras.” Espelhava-se num modelo medieval europeu investido pelos jesuítas, atendendo “às exigências necessárias para a sociedade que nascia, do ponto de vista da minoria dominante.” Nesta perspectiva, a forma de “organização social da colônia e o conteúdo cultural se relacionavam harmonicamente.” Reinava um sistema produtivo dominado por uma “sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática que movia uma “economia agrícola e rudimentar” que não precisava de “pessoas letradas e nem de muitos para governar, mas sim de uma massa iletrada e submissa.” Sendo assim, vamos ter “uma educação humanística voltada para a espiritual e carregada de uma cultura de neutralidade. (PAULO RIBEIRO, 1993, p. 15).

Para o propósito do artigo em tela, além da característica escravista do período colonial brasileiro, nos interessar marcar que o ensino neste período era puramente espiritual e comandado pelos Padres Jesuítas. Paulo Ribeiro deixa mais claro:

O principal objetivo da Companhia de Jesus era o de recrutar fiéis e servidores. A catequese assegurou a conversão da população indígena à fé católica e sua passividade aos senhores brancos. A educação elementar foi inicialmente formada para os curumins, mais tarde estendeu-se aos filhos dos colonos. Havia também os núcleos missionários no interior das nações indígenas. A educação média era totalmente voltada para os homens da classe dominante, exceto as mulheres e os filhos primogênitos, já que estes últimos cuidariam dos negócios do pai. A educação superior na colônia era exclusivamente para os filhos dos aristocratas que quisessem ingressar na classe sacerdotal; os demais estudariam na Europa, na Universidade de Coimbra. Estes seriam os futuros letrados, os que voltariam ao Brasil para administrá-lo. (RIBEIRO, 1993, p. 15)

Paulo Ribeiro (1993, p. 15) não deixa dúvidas sobre o caráter cotista da Educação Colonial. Ele prossegue dizendo que “este tipo de educação em muito se adequava ao momento e sobreviveu por todo o período colonial, imperial e republicano, sem sofrer modificações estruturais em suas

bases. (RIBEIRO, 1993, p. 16).

Verifica-se, sem sombra de dúvida, que a Educação vem servindo há muito tempo a um grupo seletivo da sociedade brasileira. Nos valendo mais uma vez do Informativo nº 41 do IBGE (2019) segundo o qual, embora se considerem os avanços para os menos favorecidos no país, reconhece-se que ainda existe um abismo grande entre esses e os mais favorecidos historicamente. Nele percebemos que “uma série de indicadores educacionais da população preta ou parda apresentou trajetória de melhora entre 2016 e 2018”, como fruto de políticas públicas de correção de fluxo escolar e ampliação do acesso à educação promovidas desde os anos 1990,” Porém o mesmo informativo aponta uma evidente “desvantagem da população preta ou parda em relação à população branca.” (IBGE, 2019, p. 7).

Se considerarmos que esse informativo do IBGE é do ano 2019 e ainda retrata desigualdades educacionais entre as classes, em particular aos da raça negra, não fica difícil concordar com a conclusão de Paulo Riberio (1993), quando afirma que a educação escolar no Brasil nunca foi uma prioridade nacional e sempre esteve a serviço de uma determinada camada social, deixando outras camadas sociais iletradas e sem acesso à escola. Passados cinco séculos de história, mesmo com a mudança de uma economia agrária-comercial- exportadora para uma economia com vistas à industrialização e ao desenvolvimento tecnológico, “o Brasil não priorizou a educação em seus investimentos político-sociais e a estrutura educacional permaneceu substancialmente inalterada até nossos dias,” dessa forma, “continuando a agir como transmissora da ideologia das elites e atendendo de forma mais ou menos satisfatória apenas a uma pequena parcela da sociedade.” (PAULO RIBEIRO, 1993, p. 28).

Ao longo da história, o MN vai entendendo todo esse processo de desigualdade educacional no Brasil e começa ir além da análise, passando a encampar várias lutas concretas para valer seus direitos. Agora passa-se da fase de análise ao momento de transformação da realidade. Esta luta específica faz parte de uma luta maior, a conquista das Ações Afirmativas. É sobre a atuação do MN nesta luta específica que falaremos de agora em diante.

Movimento Negro na Luta pela Educação

Vimos anteriormente que a luta por mais educação para o povo negro está dentro de uma luta maior pela conquista das tais Ações Afirmativas. Com base nos estudos de Nilma Gomes

(2003), entendemos que Ações afirmativas são um “conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, que tem como objetivo corrigir as desigualdades impostas a determinados grupos sociais e/ou étnicoraciais com histórico comprovado de discriminação e exclusão.” Para Nilma Gomes, essas Ações devem ter “um caráter emergencial e transitório e sua continuidade dependerá de avaliação constante da comprovada mudança do quadro discriminação.” (GOMES, 2003, p. 4) Como vimos, uma das características das Ações Afirmativas é ter caráter emergencial e transitório. Se levarmos em consideração o Informativo nº 41 do IBGE (2019), veremos que essa emergência e transitoriedade vão demorar por muito tempo:

Entre 2016 e 2018, na população preta ou parda, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade passou de 9,8% para 9,1%, e a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com pelo menos o ensino médio completo se ampliou de 37,3% para 40,3%. Ambos os indicadores, porém, permaneceram aquém dos observados na população branca, cuja taxa de analfabetismo era 3,9%, e a proporção de pessoas com pelo menos o ensino médio completo era 55,8%, considerando os mesmos grupos etários mencionados, em 2018. O pior cenário em relação ao analfabetismo refere-se às pessoas pretas ou pardas residentes em domicílios rurais. (IBGE, 2019, p. 7).

Se as desigualdades permanecem, cabe ao MN, na sua forma mais moderna e recente, se organizar como sempre fez ao longo da história para buscar melhores condições para o povo negro. Se o MN continuar utilizando as Ações Afirmativas como um fim em si mesmo e não como tática de luta, as desigualdades irão permanecer ainda por muito tempo. Mais grave ainda será se o MN pôr em prática o conceito assumido por Sabrina Moehleck (2002) sobre o que vêm a ser Ações Afirmativas:

Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas, aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos em determinados empregos ou escolas. É uma companhia de seguros tomando decisões para romper com sua tradição de promover a posições executivas unicamente homens brancos. É a comissão de admissão da Universidade da Califórnia em Berkeley buscando elevar o número de negros nas classes iniciais [...]. Ações Afirmativas podem ser um programa formal e escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou pode ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de uma maneira diferente. (MOEHLECKE, 2006, p. 199).

Fases do Movimento Negro desde a República até hoje

Para Petrônio Domingues (2007), podemos dividir o MN em quatro fases. A Primeira entre (1889-1937) intitulada “da Primeira República ao Estado Novo”, a segunda fase entre 1945-1964 intitulada “da Segunda República à ditadura militar”, a Terceira fase entre 1978- 2000, intitulada

“do início do processo de redemocratização à República Nova”, e a Quarta e última fase do MN, que teve início em 2000 e está em andamento ainda hoje, intitulada “uma hipótese interpretativa”.

Não se pretende analisar a fundo todas as fases relacionadas anteriormente. Faremos apenas relatos das conquistas e derrotas mais importantes em cada fase e destacaremos com mais vigor as fases marcadas pelas conquistas educacionais, por serem o centro do artigo em tela.

Domingues (2007, p. 102 -103) diz que “após a abolição da escravidão”, a população negra não assegurou profícuos ganhos materiais ou simbólicos”. Para ele, o que houve foram derrotas políticas em decorrência das “limitações da República no que se refere ao sufrágio e a outras formas de participação política”. Além das derrotas sociais, houve derrotas de cunho psicológico “em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento” e culminaram com derrotas econômicas “devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus”. No entanto, tais derrotas atizaram a criação dos primeiros movimentos organizados do povo negro:

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos(1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor;⁶ em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918).⁷ Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundadas em 1908 e 1926, respectivamente. De cunho Eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação “determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical”. Pinto computou a existência de 123 associações negras em São Paulo, entre 1907 e 1937.⁹ Já Muller encontrou registros da criação de 72 em Porto Alegre, de 1889 a 1920,¹⁰ e Loner, 53 em Pelotas/RS, entre 1888 e 1929. ⁹ Havia associações formadas estritamente por mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas. (DOMINGUES, 2007, p. 103).

Segundo Petrônio Domingues (2007), para dar publicidade às ações desses recentes movimentos, foram criados vários boletins e jornais informativos sobre a questão dos negros. Em São Paulo, surgiu o primeiro jornal com essa conotação, foi “A Pátria”, no ano de 1899, e tinha como subtítulo: “Órgão dos Homens de Cor”. Além deste, existiam outras publicações como “O Combate”, em 1912, “O Menelick”, em 1915, “O Bandeirante”, em 1918, “O Alfinete”, em 1918, “A Liberdade”, em 1918 e “A Sentinela”, em 1920. Eles existiam também no interior do Estado,

como no município de Campinas, onde se encontrava “O Baluarte” do ano de 1903, e “O Getulino” de 1923. Domingues diz que um importante jornal dessa época “foi o Clarim da Alvorada, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar.” Ele enfatiza que chegamos na década de 1930 com pelo menos 31 desses jornais circulando em São Paulo. Mas ele também destaca jornais com o mesmo propósito, a defesa dos homens de cor e de suas causas em outros estados, a exemplo do “Raça” (1935) na cidade de Uberlândia/MG, o “União” (1918) na cidade de Curitiba/PR, “O Exemplo” (1892) na cidade Porto Alegre/RS e o “Alvorada”, em Pelotas/RS. Para ele, o “Alvorada”, que ficou de maneira quase ininterrupta de 1907 a 1965, “foi o periódico da imprensa negra de maior longevidade no país.” (DOMINGUES, 2007, p. 104).

Foi nesta primeira fase que vai aparecer a primeira organização de caráter mais nacional, a Frente Negra Brasileira- FNB. Domingues diz:

Na década de 1930, o movimento negro deu um salto qualitativo, com a fundação, em 1931, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira (FNB), considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares, de primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas. Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. Com “delegações” – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), arregimentou milhares de “pessoas de cor”, conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa. Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados. A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o A Voz da Raça. (DOMINGUES, 2007, p. 105).

Essa FNB, que tinha caráter de massas, na letra de Domingues (2007, p. 106 -107) tentou se transformar em partido político em 1936 visando participar das eleições, no entanto por flertar com o nazismo e o fascismo, acabou “por defender um programa político e ideológico autoritário e ultranacionalista,” por tudo isso ficou inviabilizada sua construção.

Ela tinha como liderança Arlindo Veiga dos Santos, que “elogiava publicamente o governo de Benito Mussolini, na Itália, e Adolf Hitler, na Alemanha.” Na mesma linha de “namorar” o nazismo e o fascismo ia o jornal “A Voz da Raça”. O subtítulo do jornal referido tinha como lema: “Deus, Pátria, Raça e Família”. Esta Frente “mantinha, inclusive, uma milícia, estruturada nos moldes dos boinas verdes do fascismo italiano”.

A segunda fase do MN organizado, segundo Domingues (2007, p. 107) ocorre entre os anos de 1945 e 1964, no período que vai da Segunda República à ditadura militar. Passado o período de violenta repressão política do período ditatorial de Getúlio Vargas, que dificultava “qualquer

movimento contestatório,” o MN ressurgiu com mais vigor e amplia seu raio de ação, mas sem o mesmo poder de aglutinação de outrora.

Neste momento vai nascer, segundo Domingues, um importante agrupamento, a “União dos Homens de Cor.” Ela era conhecida também como Uagacê ou simplesmente UHC. Teve como fundador João Cabral Alves, na cidade de Porto Alegre, no ano de 1943. O artigo primeiro do seu estatuto não deixava dúvida sobre sua finalidade: “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. Essa organização tinha “uma complexa estrutura organizativa. A diretoria nacional era formada pelos fundadores e dividia-se nos cargos de presidente, secretário-geral, inspetor geral, tesoureiro, chefe dos departamentos (de saúde e educação), consultor jurídico e conselheiros (ou diretores)”. (DOMINGUES, 2007, p. 108).

Para Domingues (2007), a UHC, por ter um caráter economicista e uma complexa estrutura organizativa, fez com que ela se expandisse. Ela chegou, por volta de 1920, a ter representantes “em pelo menos 10 Estados da Federação (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná), estando presente em inúmeros municípios do interior.” Um exemplo dessa enorme expansão é sua presença no estado do Paraná, lá “a UHC mantinha contato com 23 cidades em 1948.” Sua atuação “era marcada pela promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais.” (DOMINGUES, 2007, p. 108).

Esta organização teve a proeza, segundo Domingues (2007, p. 108), de eleger na cidade do Rio de Janeiro, em 1954, José Bernardo da Silva ao cargo de “Deputado Federal por dois mandatos consecutivos.” Outra entidade do MN vai aparecer na década de 1940 e também vai ter muita influência entre os negros, apesar de iniciar com um caráter mais cultural, trata-se do Teatro Experimental Negro – TEM. Diz Domingues:

Outro agrupamento importante foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, em 1944, e que tinha Abdias do Nascimento como sua principal liderança. A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública.

Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país. (DOMINGUES, 2007, p. 109)

Domingues (2007), como vimos, nos diz que o TEN saiu de uma proposta cultural e depois avança e atinge um público além da cultura. Ele chega a incorporar as “propostas movimento da negritude francesa”, ganhando assim um caráter internacional. Domingues (2007, p. 110) diz que o movimento da negritude “posteriormente, serviu de base ideológica para a luta de libertação nacional dos países africanos.” Com o advento da Ditadura Militar em 1964, o TEN perdeu força e quase foi a total extinção em 1968, com o exílio de seu principal dirigente, Abdias do Nascimento.

Neste mesmo período estudado vão surgir outros movimentos, inclusive com a participação das mulheres negras. Diz Domingues:

Nessa segunda etapa do movimento negro, a UHC ou o TEN não eram os únicos grupos que empreendiam a luta antirracista, mas foram aqueles cujas ações adquiriram mais visibilidade. Além deles, articulou-se o Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950. Em Minas Gerais, foi criado o Grêmio Literário Cruz e Souza, em 1943; e a Associação José do Patrocínio, em 1951. Em São Paulo, surgiram a Associação do Negro Brasileiro, em 1945, a Frente Negra Trabalhista e a Associação Cultural do Negro, em 1954, com inserção no meio negro mais tradicional. No Rio de Janeiro, em 1944, ainda veio a lume o Comitê Democrático Afro-Brasileiro – que defendeu a convocação da Assembleia Constituinte, a Anistia e o fim do preconceito racial –, entre dezenas de outros grupos dispersos pelo Brasil. (DOMINGUES, 2007, p. 110)

Antes de passar à terceira fase do MN, é importante registrar uma informação oriunda das letras de Domingues (2007, p.110), referente à desastrosa atuação do Partido Comunista Brasileiro, o PCB. Atendendo a uma deliberação “formulada originalmente na Convenção Nacional do Negro em 1945, o “Senador Hamilton Nogueira (UDN) apresentou à Assembleia Nacional Constituinte um projeto de lei antidiscriminatória”, em 1946, e o PCB se opôs ao projeto, alegando que a lei iria “restringir o conceito amplo de democracia”.

Seguindo a visão equivocada do stalinismo de que o centro da luta era a de Classe e não de Raça, o PCB dizia, segundo Domingues (2007, p.110), que “as reivindicações específicas dos negros eram um erro, pois dividiam a luta dos trabalhadores e, por conseguinte, represavam a marcha da revolução socialista no país.” Essa vacilação do PCB levou o MN a ficar “praticamente abandonado por décadas, inclusive pelos setores políticos mais progressistas.” Dessa forma, a primeira lei antidiscriminatória do país, batizada de Afonso Arinos, só foi aprovada no Congresso Nacional em 1951. Esta lei, de certa forma, foi um marco importante do período da república

velha sobre leis antidiscriminatórias.

Esta terceira fase do MN, segundo Domingues (2007, p. 11) vai ocorrer entre os anos 1978-2000 no período em que estamos criando as condições para o fim da Ditadura Militar e dando início “ao processo de redemocratização à República Nova.” Esse período é precedido de um refluxo do MN devido ao golpe militar de 1964. Diz Domingues:

O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil. De acordo com Gonzalez, a repressão “desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidad”. A discussão pública da questão racial foi praticamente banida. (DOMINGUES, 2007, p. 111).

Segundo Domingues (2007, p. 112), esse refluxo apontado acima vai perdurar até o final da década de 1970. Depois disso a reorganização política do MN vai ocorrer no “bojo do ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil.” Domingues nos diz que dentro do período da ditadura não significa que “os negros não tenham realizado algumas ações.”. Ele aponta que na cidade de São Paulo no ano de 1972 um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) e houve uma revitalização da imprensa negra. Apareceram os jornais “Árvore das Palavras” (1974), “O Quadro” (1974), em São Paulo; “Biluga” (1974), em São Caetano/SP, e “Nagô” (1975), em São Carlos/SP. No Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, irá nascer o “Grupo Palmares” (1971), o primeiro no país a defender a substituição das comemorações do 13 de maio para o 20 de novembro.”

Na cidade do Rio de Janeiro vai surgir, puxado pela juventude negra, “o movimento Soul, depois batizado de Black Rio” e, em seguida, “nesse mesmo estado, foi fundado o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em 1976.” Todas essas iniciativas, “além de fragmentadas, não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime. Só em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU)”, teremos de volta à cena política do país o movimento negro organizado.

Esta nova cena política do MN ocorre concomitantemente tanto no plano internacional como nacional, segundo Domingues. Estava em sintonia com a luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde se projetaram lideranças como Martin Luther King e Malcom X. Neste momento, tiveram contato com organizações negras marxistas, a exemplo dos Panteras Negras. Por influência do movimento da negritude, se ligaram “nos movimentos

de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola.” Devido a esses contatos externos, o Movimento Negro Unificado assume “um discurso radicalizado contra a discriminação racial.” (DOMINGUES, 2007, p. 112).

Se no Plano Externo o MN sofrera influências dos Movimentos pelos Direitos Civis que ocorriam nos Estados Unidos da América – EUA, no plano interno o MN será influenciado pelo marxismo. Domingues (2007, p. 112) diz que “o embrião do Movimento Negro Unificado foi a organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista”. Diz ele:

Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta antirracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a consequente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo (DOMINGUES, 2007, p. 112).

O MN, que se origina na luta pela libertação pura e simples, depois encampa a luta economicista e cultural, participa de processos eleitorais na década de 1950 e agora passa a conjugar raça e classe no seu discurso e isso, segundo Domingues (2007, p. 113), atraiu aqueles ativistas que foram fundamentais para a fundação do Movimento Negro Unificado - MNU. Ele destaca “Flávio Carrança, Hamilton Cardoso, Vanderlei José Maria, Milton Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira” como expoentes deste momento.

É nesse mesmo período (entre 1977 e 1979) que a Convergência Socialista vai publicar um jornal intitulado “Versus”. Este boletim tinha uma coluna que conclamava os negros socialistas a escrever artigos defendendo a guerra “revolucionária de combate ao racismo e ao capitalismo”. Tais posturas, na letra de Domingues (2007, p. 113), serão decisivas para “as posturas táticas e ideológicas assumidas pela seção “Afro-Latino América” e foram decisivas para o MNU e para o movimento em geral.” Foi nesta nova ebulição política do MN que foi criado o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), nas palavras de Domingues:

Assim, no contexto de rearticulação do movimento negro, aconteceu uma reunião em São Paulo, no dia 18 de junho de 1978, com diversos grupos e entidades negras (CECAN, Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira e Grupo de Atletas e Grupo de Artistas Negros). Nesta 14ª reunião, decidiu-se criar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), e a primeira atividade da nova organização foi um ato público em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guainases. O ato público foi realizado no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do

Teatro Municipal em São Paulo, reunindo cerca de 2 mil pessoas, e “considerado pelo MUCDR como o maior avanço político realizado pelo negro na luta contra o racismo” O evento recebeu moções de apoio de alguns estados, inclusive de várias associações negras cariocas: Escola de Samba Quilombo, Renascença Clube, Núcleo Negro Socialista, Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) e o IPCN. (DOMINGUES, 2007, p. 113).

Segundo Domingues (2007, p. 114) o MUCDR altera seu nome para facilitar a divulgação e passa a se chamar Movimento Negro Unificado, o MNU. Se o seu nome diminuiu, isso não se traduziu no seu Programa de Ação. Em 1982, defendia reivindicações “mínimas, como a “desmistificação da democracia racial brasileira, a organização política da população negra e transformação do Movimento Negro em movimento de massas.” Também era defensor de uma aliança ampla para combater o racismo e a exploração do trabalhador e também da criação de uma organização para enfrentar a violência policial e de outra organização para atuar dentro dos sindicatos e partidos políticos e, por último, lutava pela “introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como pela busca de apoio internacional contra o racismo no país.” (DOMINGUES, 2007, p.114)

Antes de prosseguir para a quarta e última fase desenvolvida por Domingues (2007, p. 114), é importante registrar que o citado autor reconhece que “o nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional.” Esta unificação tinha o objetivo de fortalecer o poder político do movimento negro. Foi nesta nova fase que prevaleceu a estratégia de “combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade.” [...] e “pela primeira vez na história, o movimento negro apregoava como uma de suas palavras de ordem a consigna: “negro no poder!”. Passamos, agora, à quarta fase, na qual discorreremos sobre as conquistas e avanços do movimento.

Domingues afirma que essa quarta fase do MN, ainda na nossa capenga República, tem início no ano de 2000 e ainda está em andamento. Ele intitula essa fase de “uma hipótese interpretativa.” É nela que o MN vai avançar em importantes conquistas na Educação, apesar de isso não ser desenvolvido por Domingues no referido artigo. O destaque desta fase, que está em curso, reside no aparecimento “do movimento hip-hop, por vários motivos. Ele explica que este movimento cultural tem alcance nacional e que fala a linguagem da periferia, devido ao seu caráter popular e por ter rompido “o discurso vanguardista das entidades negras 15 tradicionais.” Ele também “expressa a rebeldia da juventude afrodescendente, tendendo a modificar o perfil dos

ativistas do movimento negro”. Tem como um dos objetivos “resgatar a autoestima do negro, com campanhas do tipo: Negro Sim! Negro 100%.” A música é seu instrumento principal para atingir a periferia. Com letra contra o sistema, “combinam denúncia racial e social, costurando, assim, a aliança do protagonismo negro com outros setores marginalizados da sociedade.” (DOMINGUES, 2007, p. 119).

Vimos anteriormente, na letra de Domingues (2007), que nos últimos tempos (2000 até hoje) o movimento negro centra sua atuação por dentro do Hip Hop. Ou seja, tal qual nos anos 1970, o MN tem a cultura como elemento organizador, divulgador e de lutas contra o racismo.

Duas importantes conquistas educacionais para o Movimento Negro

No entanto, é importante frisar que neste período descrito por Domingues (2007), duas importantes conquistas do MN que atingiram de maneira universal todos os negros referem-se ao campo educacional. Voltando a Nilma Gomes (2012), ela destaca a importância histórica que o MN tem dado à luta pela educação:

A educação tem merecido atenção especial das entidades negras ao longo da sua trajetória. Ela é compreendida pelo movimento negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação. (NILMA GOMES, 2012, p. 735)

Como se percebe, o MN tem se debruçado há muito tempo pela inclusão dos negros no sistema educacional brasileiro, por entender que isto é um direito democrático. No entanto, posteriormente o MN viu que isso, por si só, não era suficiente para valorizar o povo negro. Era importante ir mais além e introduzir no currículo escolar nacional a história dos povos africanos e de seus descendentes no Brasil.

A inclusão da história da África nos currículos é indispensável, pois ao longo dos últimos quinhentos anos, no Brasil, a história vem sendo contada pelos vencedores. Mesmo em se tratando da Europa, ela não descreve o papel dos oprimidos. E ainda quando se fala do povo negro nos livros do Brasil, além de invisibilizar de maneira geral a história dos negros e povos tradicionais que construíram este país, eles aparecem na maioria dos livros didáticos de forma negativada.

Por isso, é importante recontar nossa história para desconstruir a visão equivocada que é passada sobre a vida dos africanos e afrodescendentes. Esta compreensão que eu possuía foi 16 aprimorada ao adentrar no curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros. Este curso, criado em

2015, é um desdobramento da conquista da Lei de nº 10639/2003. A professora Júnia Sales (2007) fala da importância dessa conquista para a educação brasileira:

O advento da Lei nº 10.639/2003 se deu em meio a um intenso debate social amplificado pela mídia, que expressava os primeiros impactos da implantação de programas de ação afirmativa em algumas universidades brasileiras [...] Essa regulamentação, tida por alguns como uma espécie de “alforria curricular” (ARAÚJO; CARDOSO, 2003), resultou da ação política histórica de grupos ligados a movimentos sociais e, em 2004, de uma consulta feita pelo Conselho Nacional de Educação, para a avaliação das questões objeto das “Diretrizes”, a “grupos do Movimento Negro, a militantes individualmente, aos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, a professores que vêm desenvolvendo trabalhos que abordam a questão racial, a pais de alunos, enfim, a cidadãos empenhados com a construção de uma sociedade justa, independentemente de seu pertencimento racial [...] A publicação da Lei nº 10.639/2003 ocorreu num contexto educacional mais abrangente, marca do pelas transformações advindas da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 1996, em que se afirmaram modificações educacionais importantes, como a flexibilização curricular, a consciência do valor da inclusão e da diversidade na educação, e a reafirmação da autonomia docente. [...] A lei atende enfim, também à sua maneira, ao enfrentamento da antiga crítica a um ensino de história centrado em narrativas etnocêntricas, em que a história e a cultura afrobrasileiras via de regra compareciam – quando compareciam – de forma estereotipada (SALES, 2007, p. 22).

Para o MN a conquista desta Lei é histórica e de muita importância. A partir dela foi possível incluir também a história dos povos tradicionais no Brasil, pois a Lei 10.639/03, que já fora uma conquista importante para narrar a história dos oprimidos, ainda se achava incompleta, vez que deixara de lado os povos originários que constituem o tripé da formação do povo brasileiro, que são índios, negros e portugueses. Para solucionar essa lacuna, cinco anos depois, foi sancionada a Lei 11.645/08, com a finalidade de incluir o ensino da cultura e história indígenas no currículo oficial da rede de ensino. Ambas alteraram a Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Como se verifica, agora é obrigatório tanto o ensino dos africanos e de seus descendentes como dos povos tradicionais. No entanto, esta importante conquista para o MN não parou por aí. Como já dito lá atrás, em 2015 um grupo de professores, em associação com o MN do Maranhão e do Brasil, conseguiu aprovar a criação do curso de graduação de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros na UFMA. Tal curso já foi reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura- MEC, como diz a própria coordenadora do curso Kátia Régis:

O reconhecimento pelo MEC mostrou um dos resultados da luta da população negra para garantir o acesso ao conhecimento consistente acerca da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos das Instituições de Ensino Superior (IES). Os avaliadores enfatizaram a excelência do Projeto Político-Pedagógico do curso, a organização

didático-pedagógica, a atuação da coordenação e dos docentes, a internacionalização, a inovação e a interdisciplinaridade obtida por meio de ações 17 coletivas em torno dos eixos interdisciplinares (Portal de Comunicação da UFMA, 2019, 15 de abril)

Como se verifica, duas grandes conquistas para o MN no século XXI no campo da Educação foram a aprovação da Lei 10639/03, complementada com a Lei 11.645/08, e criação do curso de graduação de Estudos Africanos e Afro-brasileiros na UFMA.

Pelo histórico que vimos até aqui, o MN não deve parar sua luta, pois ela só cessará quando a sociedade brasileira acabar em definitivo com todas as desigualdades que atingem a imensa maioria da população brasileira e, em particular, o povo negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre cotas raciais realimentou o debate sobre as desigualdades raciais no Brasil e mostrou que os de cima, ao atacarem as cotas como privilégio para os negros, esquecem que sempre foram privilegiados de todas as formas neste país. Na outra ponta, conscientes das diversas desigualdades sociais existentes no Brasil, encontram-se os Movimentos Sociais organizados, que defendem não só a aplicação das cotas para diminuir a desigualdade educacional e promover mais igualdade nas oportunidades de estudo, como o fim de todas as desigualdades, por entenderem o processo histórico de doação de cotas para os de cima.

Essa desigualdade educacional não é natural, ela tem uma construção social e histórica. Isso fica demonstrado quando se segue a linha evolutiva da educação no Brasil. Inicia com uma educação jesuítica, para os nativos, que era restrita à educação da alma e, por outro lado, segundo Paulo Rennes Marçal Ribeiro (1993), “era exclusivamente para os filhos dos aristocratas que quisessem ingressar na classe sacerdotal; os demais estudariam na Europa, na Universidade de Coimbra”. Observa-se que o caráter cotista já existia antes e não era para os negros.

Partindo do entendimento acima descrito, o Movimento Negro (MN) encampou a luta pelas cotas como mais uma luta para reparar as desigualdades no Brasil. Utilizando Nilma Gomes (2012, p. 733) ficou claro que o MN deve ser entendido como: “a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.”

Esse MN que nasce com um programa limitado vai aos poucos inserindo outras demandas e com isso, obtém muitas conquistas para o povo negro. Vimos pela letra de Petrônio 18

Domingues (2007) que esse programa limitado do MN se transmuta ao longo da história. De acordo com as quatro fases por ele listadas, todas dentro do período republicano brasileiro, percebemos que o MN que tem início com a luta pela abolição legal dos negros, vai avançando para a fase economicista, cultural, política e chega a se internacionalizar, ao participar das lutas da defesa da libertação nacional dos países do continente africano e da ampliação da compreensão da negritude, também se relaciona nas lutas pelos direitos civis nos EUA e chega hoje com grandes conquistas no campo da educação.

Essas conquistas na área da educação têm uma importância gigantesca para os negros e deve ser reconhecida com uma luta do MN pela educação em particular e, no geral, na luta pela redução das desigualdades sociais no Brasil.

Nos referimos a duas conquistas recentes no campo da educação. A primeira foi a criação da Lei nº 10.639/2003 e, mais tarde, a incorporação da Lei 11.645/08 – que tem como finalidade incluir o ensino da cultura e história indígenas no currículo oficial da rede de ensino – na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 1996.

Com essas duas leis, foi possível se implementarem, segundo Júnia Gouveia (2007) “modificações educacionais importantes, como a flexibilização curricular, a consciência do valor da inclusão e da diversidade na educação”, além da “reafirmação da autonomia docente.”

A outra conquista importante está inscrita no reconhecimento, concedido pelo MEC, do curso de graduação de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Tal curso hoje já formou professores e está em processo de formação da sua quinta turma.

Dito isso, entendemos que ao MN, junto com outros atores sociais na luta pela desigualdade social no Brasil, deve ser creditada a maioria das conquistas que diminuem o sofrimento do nosso povo.

Referências Bibliográficas

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Mar. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17/03/2021.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Rio de Janeiro: Estudos e**

Pesquisas; Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

LINO GOMES, Nilma. **Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça** Rev. Educ. e Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em:
<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20/03/2021._____.

– **Programa de Ações Afirmativas na UFMG Brasil: uma estratégia de resistência negra na Diáspora Africana.** Brasília: INEP, 2003. Disponível em:
<https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/NilmaGomes.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, nov. 2002.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão.** Paideia: USP, 1993. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle>. Acesso em: 14/02/2021.

SALES, Júnia. **Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639.** Rev. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 2008, vol.21, n.41, pp.21-43.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desiguais no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA recebe nota 4 no curso de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, o primeiro do Brasil. São Luís, 15 abr. 2019. Disponível em:
<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=53957>, Acesso em: 21 abr. 2020.